

Cardoso promete fazer de 96 'o ano do emprego'

Alan Marques

Este será o ano da geração de empregos. Foi o que prometeu ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso, durante a reunião ministerial de 96. Ao mesmo tempo, Cardoso determinou aos ministros que façam uma "execução orçamentária rigorosa". Segundo o porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, as duas metas "são aparentemente contraditórias", mas, na avaliação de Fernando Henrique, "podem ser conciliadas".

Sérgio Amaral explicitou que essas metas só seriam contraditórias se os recursos para os investimentos, que vão gerar os empregos, saíssem do Orçamento da União. "Mas este não é o caso", disse. "O dinheiro para a geração de empregos sairá do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal (CEF) e das outras empresas 'estatais'", acrescentou. O porta-voz informou que o Governo espera que esse conjunto de estatais realize investimentos de R\$ 27 bilhões em 1996. O BNDES investirá R\$ 11 bilhões, a CEF R\$ 4 bilhões e as demais estatais R\$ 12 bilhões.

Investimentos — Os números sobre os investimentos das estatais em 1996 foram apresentados na

Programas terão acompanhamento

A segunda parte da reunião ministerial foi dedicada à discussão do novo projeto de acompanhamento das ações do Governo. Segundo o porta voz, cada ministério apresentou uma listagem com as ações mais relevantes da pasta. "Esta listagem virá acompanhada de um cronograma de gastos e da execução física", explicou. "O Presidente terá conhecimento do conjunto das ações do Governo, e os ministros uma melhor organização de seu planejamento". Esse novo mecanismo servirá, de acordo com Sérgio Amaral, para acompanhar e avaliar as ações prioritárias do Governo. O porta-voz disse que o presidente Fernando Henrique não cobrou resultados dos ministros. "Ele acha que os ministros estão executando bem, mas podem melhorar".

Na exposição que fez durante a reunião, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, destacou que, em quase dois anos de Plano Real, os preços da cesta básica se mantiveram praticamente inalterados. De 1º de julho de 1994, data do lançamento do Plano Real, até hoje, o preço da cesta básica variou apenas 0,05.

Apesar de ter representado um grande ganho para o País, a batalha contra a inflação não está ganha nem consolidada", advertiu o ministro.

Desafio — O grande desafio do Governo, este ano será o equilíbrio das contas públicas, destacou Ma-

não soube informar qual é a meta de geração de empregos a ser persseguida pelo Governo. "Por enquanto não está dimensionada". Não soube dizer também qual é a meta para o déficit público este ano e nem quais são os projetos que serão cortados para o equilíbrio das contas. "O Governo quer obter o menor déficit possível ou o equilíbrio das contas", informou. Em 1995, o déficit público ficou em torno de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma dos valores de tudo o que é produzido num país durante um ano.

A reunião serviu para que a área econômica fosse informada, pelos ministros, sobre as prioridades de cada ministério este ano. Em contrapartida, cada um foi informado também do total de recursos que teria em 1996.

No que se refere à situação dos estados e municípios, Pedro Malan ressaltou que o problema começa a ser sanado através de um esforço de parceria entre as três esferas de Governo. Já foram assinados acordos das contas públicas"; a reforma da Previdência Social e o equilíbrio nas contas do Governo Federal.

Pedro Malan lembrou que o desequilíbrio nas contas das estatais, dos estados e municípios e na Previdência Social acabam repercutindo nas contas do Governo Federal. A Previdência Social, em 1995, praticamente dobrou os seus gastos com nove estados, para o equilíbrio de suas contas, e está prevista a assinatura de mais oito acordos, destacou o ministro da Fazenda.

Os R\$ 14 bilhões em investimentos, previstos no Orçamento Geral da União para 1996, estão condicionados à aprovação, pelo Congresso, de medidas como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (IRPJ), a contribuição dos inativos e a contribuição de autônomos, destacou Malan.

reunião ministerial pelo ministro do Planejamento, José Serra. O ministro disse também que um total equilíbrio de recursos será investido

pelos estados e municípios. Com isso, Serra acredita que de R\$ 45 bilhões a R\$ 50 bilhões serão aplicados este ano em investimentos, que resultarão na geração de mais empregos.

O embaixador Sérgio Amaral não soube informar qual é a meta de geração de empregos a ser persseguida pelo Governo. "Por enquanto não está dimensionada". Não soube dizer também qual é a meta para o déficit público este ano e nem quais são os projetos que serão cortados para o equilíbrio das contas. "O Governo quer obter o menor déficit possível ou o equilíbrio das contas", informou. Em 1995, o déficit público ficou em torno de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma dos valores de tudo o que é produzido num país durante um ano.

A reunião serviu para que a área econômica fosse informada, pelos ministros, sobre as prioridades de cada ministério este ano. Em contrapartida, cada um foi informado também do total de recursos que teria em 1996.

No que se refere à situação dos estados e municípios, Pedro Malan ressaltou que o problema começa a ser sanado através de um esforço de parceria entre as três esferas de Governo. Já foram assinados acordos das contas públicas"; a reforma da Previdência Social e o equilíbrio nas contas do Governo Federal.

Pedro Malan lembrou que o desequilíbrio nas contas das estatais, dos estados e municípios e na Previdência Social acabam repercutindo nas contas do Governo Federal. A Previdência Social, em 1995, praticamente dobrou os seus gastos com nove estados, para o equilíbrio de suas contas, e está prevista a assinatura de mais oito acordos, destacou o ministro da Fazenda.

Os R\$ 14 bilhões em investimentos, previstos no Orçamento Geral da União para 1996, estão condicionados à aprovação, pelo Congresso, de medidas como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (IRPJ), a contribuição dos inativos e a contribuição de autônomos, destacou Malan.